

Ainda que fossem muitas vezes sensíveis à atração da fantasia e do milagre, é principalmente o imediato, o quotidiano, que recebem todos os cuidados e atenções desses portugueses do Quinhentos. O trato das terras e coisas estranhas, se não uma natural aquiescência e, por isso, uma quase indiferença ao que discrepa do usual, parecem ter provocado certa apatia da imaginação, de sorte que para eles até o incomum parece fazer-se prontamente familiar, e os monstros exóticos logo entram na rotina diária. Não estaria aqui o segredo da facilidade extrema com que se adaptam a climas países e raças diferentes.

(Visão do paraíso, p.121)

2.1.

Plasticidade e Realismo

Embora comportando profundas diferenças tanto no que se refere à sua natureza literária, quanto na abordagem do tema mais geral da formação da sociedade brasileira moderna a partir de suas origens coloniais e da herança dos colonizadores europeus, pode-se dizer que *Raízes do Brasil*, *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*, textos publicados por Sérgio Buarque de Holanda nas décadas de 1930, 1940 e 1950, respectivamente, têm em comum a atribuição ao caráter do colonizador português da combinação de dois traços fundamentais, quais sejam: a plasticidade e o realismo.

Entenda-se por plasticidade a capacidade, ou melhor, a especial habilidade de adaptar-se, adequar-se, amoldar-se seja ao novo, às circunstâncias, ao inesperado, seja mesmo ao paradoxo resultante do choque entre tradições adventícias e a experiência concreta do Novo Mundo. Esta maleabilidade que caracteriza os conquistadores e os primeiros povoadores portugueses da América tem como consequência a adesão ao real, ao concreto, ao imediato, por um lado, e

por outro, ao rotineiro, àquilo que oferece e ensina a experiência. Sobretudo em *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*, a outra face deste argumento que sustenta o realismo dos colonizadores lusitanos é a debilidade da faculdade imaginativa dos mesmos. A imaginação, as criações puramente mentais, o formalismo, os planos abstratos elaborados *a priori* em relação a experiência não encontram espaço nesta subjetividade em que predomina um realismo imediatista.

Ao descrever os núcleos urbanos formados pelos portugueses em suas colônias americanas, Sérgio Buarque atribui o realismo português a uma atitude “naturalista” dos nossos colonizadores. “Naturalismo” assume, nesse contexto, um duplo sentido. Trata-se, por um lado, de um sentido quase literal, vale dizer, da conformidade em que a obra colonizadora entra com a natureza das terras americanas, amoldando-se passivamente às linhas do seu relevo e adequando-se às imposições do clima tropical e dos gêneros alimentícios nativos. Mas a atitude “naturalista” refere-se também ao caráter espontâneo, à ausência de artifício na sua relação com o mundo exterior e com a variedade de circunstâncias que ele apresenta. O “naturalismo” predomina no modo pelo qual os portugueses dos séculos XV e XVI vão, por exemplo, construindo o espaço urbano nos seus territórios coloniais. Este traço é apresentado de forma evidente em *Raízes do Brasil*, quando Sérgio Buarque afirma que:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’ (...)

Pode-se acrescentar que tal convicção, longe de exprimir desapego ou desprezo por esta vida, se prende antes a um realismo fundamental, que renuncia a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais (salvo nos casos onde estas regras já se tenham estereotipado em convenções e dispensem, assim, qualquer esforço ou artifício). Que aceita a vida, em suma, como a vida é, sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria.¹⁰

Se plasticidade e realismo estão presentes na caracterização da subjetividade dos colonizadores portugueses empreendida por Sérgio Buarque nos três livros anteriormente mencionados, a forma como são conjugados e os traços secundários

¹⁰ HOLANDA, S. B., *Raízes do Brasil*, p. 110.

— mas não de menor peso — deles derivados variam de acordo não apenas com a temática mais específica como também com o enfoque interpretativo que orienta cada um destes textos. Sobretudo a adequação das tradições adventícias da Europa às necessidades impostas pela nova geografia assume cores peculiares em cada um deles.

Raízes do Brasil, o primeiro livro de Sérgio Buarque, foi lançado em 1936 a partir de um artigo publicado pelo autor no ano anterior com o título de “Corpo e Alma do Brasil”. O texto, de cunho fortemente ensaístico, explicita a tensão entre os traços de origem ibérica, que marcam profundamente o caráter social brasileiro, e a necessidade de superá-los para que se possa construir no Brasil uma sociedade moderna e democrática. Para tanto, Sérgio Buarque procura definir a subjetividade dos nossos colonizadores, evidenciando inicialmente as características comuns à cultura hispânica de modo mais amplo e, mais adiante, distinguindo as formas peculiares do caráter dos portugueses em oposição aos espanhóis.

Apresenta-se, então, como manifestações do caráter plástico dos portugueses não somente a conformidade dos núcleos de povoamento à topografia das novas terras coloniais, mas também a capacidade de simultaneamente aderir às condições de vida locais e mesmo aos hábitos dos nativos da terra, transladando com eficácia os padrões ibéricos para o Novo Mundo. Ao invés de pretenderem impor estes através da aniquilação daqueles, os portugueses adequaram, de forma quase natural e espontânea, uns aos outros:

Nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexcusáveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte, que — afirmava Gabriel Soares — a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habitaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios. Alguns, como Vasco Coutinho, o donatário do Espírito Santo, iam ao ponto de beber e mascar fumo, segundo nos referem testemunhos do tempo. Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e as águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos. A casa peninsular, severa e sombria, voltada para dentro, ficou menos circunspecta sob o novo clima, perdeu um pouco de sua aspereza, ganhando a varanda externa: um acesso para o mundo de fora.¹¹

¹¹ Ibid., pp. 46-47.

Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque pretende historiar ou, para empregar o termo do próprio autor, “biografar” uma “idéia migratória”¹², qual seja o mito do paraíso terrestre e todos os motivos a ele associados. Como os demais povos conquistadores, os portugueses nutriam a esperança de que o novo continente pudesse ser identificado com o Éden descrito nos textos clássicos, nas Sagradas Escrituras e nos textos de seus exegetas medievais. A forma peculiar com que essa esperança é confrontada com a experiência empírica da colonização da América portuguesa põe em relevo mais uma vez, na análise de Sérgio Buarque, a plasticidade que caracteriza o que o autor denomina de *forma mentis* dos conquistadores e colonizadores lusitanos.

Mais adiante, procurarei analisar a especificidade de *Visão do Paraíso* na obra de Sérgio Buarque no que se refere à definição do conceito de *plasticidade*. Por ora, buscarei mostrar apenas como o autor opera com este conceito de maneira muito semelhante, a princípio, à presente em *Raízes do Brasil*. Ou seja: como, em *Visão do Paraíso*, a plasticidade dos portugueses manifesta-se também no ajustamento dos padrões e valores tradicionais às exigências do novo meio. O ato de nomear é apresentado como um dos mecanismos através dos quais ocorre esse ajustamento. É também o mecanismo de aderência ao real, ao circunstancial e à experiência, que acaba por fazer minguar as ambições fantasiosas que foram, em grande parte dos casos, o impulso primordial da colonização do Novo Mundo pelos povos ibéricos:

Surgindo com relativo atraso no horizonte das navegações lusitanas, sem o engodo de tesouros e maravilhas que, bem ou mal, tinham sido causa de tantas outras expedições descobridoras, o Brasil não oferece campo nem mesmo a essas cintilantes associações. Ainda quando vindos por livre vontade, seus antigos povoadores hão de habituar-se nele a uma natureza chã e aparentemente inerte, e aceitá-lo em tudo tal como é, sem a inquieta atração de outros céus ou de um mundo diverso. Portos, cabos, enseadas, vilas, logo se batizam segundo o calendário da Igreja, e é um primeiro passo para batizar e domar a terra. São designações comemorativas, como a significar que a lembrança e o costume hão de prevalecer aqui sobre a esperança e a surpresa.

As próprias plantas e os bichos recebem, muitas vezes, nomes inadequados, mas já familiares ao adventício, que assim parece mostrar sua vontade de ver prolongada apenas, no aquém-mar, sua longínqua e saudosa pátria ancestral.¹³

¹² Id., *Visão do Paraíso*, p. XIX.

¹³ Ibid., p. 177.

O ato de nomear, como meio de dominação dos novos territórios, é utilizado não apenas pelos colonizadores portugueses, mas por todos aqueles que empreenderam a conquista do Novo Mundo. Todavia, o ato de nomear como manifestação de uma atitude, a um só tempo, realista e tradicionalista ante a nova geografia é uma especificidade lusitana. Esse caráter específico torna-se mais evidente ao se tomar como exemplo a manifestação do ato de nomear em conquistadores não portugueses.

A análise de Stephen Greenblatt, em seu livro *Possessões Maravilhosas*, acerca da intenção de Cristóvão Colombo ao nomear lugares e acidentes geográficos, nos primeiros territórios americanos encontrados, pode ser interessante para evidenciar, por contraste, a especificidade lusitana. Segundo Greenblatt, o ato de nomear constitui uma estratégia de tomada de posse, ou melhor, o ato de nomear é, em si, um ato de posse. Este argumento não contradiz, a princípio, a interpretação de Sérgio Buarque do ato de nomear entre os colonizadores portugueses. A diferença se faz presente apenas quando, avançando na argumentação de Greenblatt, o ato de posse em Colombo é associado à uma atitude de “maravilhamento” em relação ao Novo Mundo. Colombo toma posse daquilo que, por sua “variedade e graça”, maravilha.¹⁴

Na perspectiva de Greenblatt, o “maravilhoso”, tal como é recorrentemente apresentado no discurso de Colombo, assume um significado muito diverso daquele que possuía na Idade Média. Em sua acepção medieval, o maravilhoso estava vinculado a um “senso de *des*-possessão, de renúncia à certeza dogmática, de auto-alienação em presença da estranheza, diversidade e opacidade do mundo”¹⁵. Em Colombo, a despeito de ter ainda como referência a “ultrapassagem do normal e do provável”, o maravilhoso perde o caráter “exótico ou grotesco” e, vinculado a um ritual legal que consisti basicamente no ato de nomear, torna-se uma estratégia retórica que confere a posse. Greenblatt argumenta que o ineditismo da descoberta do Novo Mundo tornaria ineficazes os atos lingüísticos formais do ritual legal, que constitui o procedimento habitual de tomada de posse de novos territórios, caso este ritual não fosse combinado com a comoção, a expectativa e o desejo suscitados pelo “maravilhamento”:

¹⁴ Ibid., p. 103.

¹⁵ GREENBLATT, S., *Possessões Maravilhosas*, p. 101.

Por si mesmo, o senso do maravilhoso não confere título; ao contrário, está associado ao desejo e nós só desejamos aquilo que não temos. (...) Todavia, algo acontece ao discurso do maravilhoso quando se liga ao discurso da lei: a impropriedade do ritual legal para conferir título e a incapacidade do maravilhoso para conferir posse se anulam uma à outra, e tanto a reivindicação quanto a emoção são intensificadas de concerto. Nenhum dos discursos é livre e autônomo¹⁶

Tal como Colombo, os colonizadores portugueses analisados por Sérgio Buarque poderiam proferir a sentença: “*he tomado posesión, puse nombre*”¹⁷. E, também para eles, as expressões do maravilhoso, que esperam encontrar no Novo Mundo sob a forma dos motivos ligados ao mito do paraíso terrestre, estão associadas ao desejo alcançar aquilo que não se tem. No entanto, entre os portugueses, o ato de nomear não é um formalismo retórico que, associado à maravilha que constitui a diversidade do Novo Mundo, permite que se tome posse dessa mesma diversidade. O ato de nomear é o meio através do qual os colonizadores portugueses procuram esvaziar o contato com o Novo Mundo de tudo o que este contato pode oferecer de extraordinário, de surpreendente, de assombrosamente maravilhoso.

Nomeia-se, na América portuguesa, uma realidade que, a despeito de ser em grande medida inédita, não é capaz de maravilhar porquanto não ultrapassa os limites do ordinário, não tem parentesco algum com a fantasia e com o mito. Nomeia-se para alocar o maravilhoso em um plano apartado da experiência do real e a ela paralelo, de modo a proceder a uma adaptação eficaz a essa experiência e dela tirar o maior proveito imediato. Nomeia-se, enfim, para esmagar o novo e o diverso sob o peso da tradição adventícia. O novo e o diverso aos quais se concede a sobrevivência são, paradoxalmente, aqueles que maravilham. São aqueles que, na verdade, não são de fato o novo e o diverso, pois possuem suas origens remotas no mito, e este, os colonizadores portugueses mantêm resguardado da força destrutiva da realidade.

A colonização portuguesa na América pode ser representada graficamente como uma fina camada plástica, maleável e aderente que recobre de forma justa a nova paisagem. O ajustamento e a aderência permitem que a obra colonizadora dos portugueses se amolde à paisagem e, simultânea e reciprocamente, que ela

¹⁶ Ibid., p. 109.

¹⁷ Ibid., p. 78.

amolde a paisagem. O adventício se conforma ao novo para nele imprimir mais facilmente as formas do adventício.

2.2. Adaptação radical

No que se refere à adaptação do adventício às necessidades da colonização, os textos de Sérgio Buarque que abordam o tema da conquista do interior do território americano pelos portugueses, como *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*, apresentam uma particularidade derivada sobretudo do enfoque interpretativo que o autor emprega. Para melhor compreender esta particularidade, considero interessante recorrer a alguns argumentos desenvolvidos por Robert Wegner em seu livro *A Conquista do Oeste*, em que trata justamente dos textos que abordam esta temática na obra de Sérgio Buarque.

Wegner afirma que os livros de Sérgio Buarque que se dedicam à conquista do oeste brasileiro pelos bandeirantes, ao longo dos séculos XVII e XVIII, pertencem à perspectiva historiográfica que busca compreender a colonização do Novo Mundo através do que Richard Morse, no livro *A volta de McLuhanaíma*¹⁸, classifica como *explicação situacional*. Isso significa que estes livros, escritos sobretudo na segunda metade da década de 1940, enfatizam a forma específica pela qual os valores herdados do Velho Mundo europeu são transformados e ressignificados no novo continente. Vale dizer: a explicação situacional enfatiza a dinâmica de americanização destes valores, enquanto que em *Raízes do Brasil* a ênfase se encontra nesses valores em si, ou melhor, na herança ou legado que eles representam para a sociedade brasileira moderna. Trata-se, neste último caso e segundo a categorização de Morse, de uma explicação de cunho “genético”. Desse modo, o modelo de explicação aplicado por Sérgio Buarque aos textos relativos às bandeiras e entradas permite encontrar características comuns nas colonizações anglo-saxã e ibérica do território americano. Nos textos em que

¹⁸ MORSE, R., *A volta de McLuhanaíma*, apud WEGNER, R. *A conquista do Oeste*, p. 38.

predomina a explicação genética, ao contrário, são as diferenças entre os legados hispânico e anglo-saxão que são postas em evidência.

Em *Caminhos e Fronteiras*, a plasticidade dos bandeirantes se faz presente na adesão a um modo de vida aparentemente primitivo, que resulta, porém, em um empreendimento inovador. A incorporação pelo bandeirante de aspectos da vida material dos indígenas, a qual poderia indicar um retrocesso em relação aos padrões de civilidade europeus, foi de fundamental importância para que se desse a adaptação ao novo território e nele se desenvolvessem novos e específicos padrões de vida. A plasticidade manifesta-se em uma adequação de natureza muito mais radical, na qual a cultura européia é posta quase que inteiramente em suspenso em favor de novos modos de vida, tomados sobretudo dos nativos, para ser retomada apenas após uma adaptação profunda às condições locais.

Em *Raízes do Brasil*, a plasticidade portuguesa consiste na adequação da cultura adventícia à topografia, ao clima, à rusticidade da vida no novo território e aos objetivos mercantis da colonização de terras tropicais. Por isso, enquanto neste último livro Sérgio Buarque pode fornecer como exemplos de adaptação a adição da varanda nas casas, o dormir em redes, o mascar fumo e comer pão de farinha de mandioca, em *Caminhos e Fronteiras*, a adequação à natureza e a apropriação dos hábitos dos nativos é muito mais profunda. Apenas o retrocesso que implica a adequação radical permite desenvolvimento, evolução, enquanto que a insistência em viver segundo padrões europeus teria significado um confronto com as condições de vida no Novo Mundo cuja derrota seria provavelmente inevitável.

Nesta análise se encontra patente a influência da tese da fronteira de Frederick Jackson Turner, segundo a qual o colono que ocupou a *wilderness* que constituía os territórios norte-americanos a oeste, ao longo do século XIX, renunciou, em um primeiro momento, a quase todas as influências da civilização e se adequou à rusticidade de um cotidiano fortemente dominado pela natureza, tal como faziam os nativos do local. Neste primeiro momento, a vida na *wilderness* representa um processo de purga, de regeneração e de rejuvenescimento do homem civilizado. Segundo Henry Nash Smith, a tese de Turner pretende explicar o desenvolvimento da sociedade norte-americana e da prática democrática que nela vigora pelo processo de ocupação das terras livres a oeste. A própria idéia de natureza e os valores a ela agregados afinam-se com os princípios democráticos:

(...) free land was nature, and nature in this system of ideas is unqualifiedly benign. Indeed, it is itself the norm of value. There is no way to conceive possible bad effects following from the impact of nature on man and society¹⁹

Para Wegner, nos textos de Sérgio Buarque cujo enfoque temático se centra na conquista do sertão americano pelos bandeirantes, pode-se perceber a importância que a tese da fronteira de Turner exerceu sobre ele, nos meses em que esteve nos Estados Unidos, em 1941.* A opção pela *explicação situacional* feita por Sérgio Buarque nos livros sobre a ocupação dos territórios a oeste permite ao autor conciliar os traços ibéricos ainda presentes na sociedade brasileira de sua época e valores modernos, entre os quais a democracia. Essa conciliação não parecia possível em *Raízes do Brasil* no qual se encontra presente e em aberto a questão da superação do tradicionalismo brasileiro. Sem dúvida, a caracterização da plasticidade portuguesa já coloca em evidência, em *Raízes do Brasil*, questão da adaptação às condições de vida do Novo Mundo. Entretanto, o argumento de que a colonização da América portuguesa foi fundamentada na lógica da adaptação, ou seja, na lógica da fronteira, ainda não está presente no livro de 1936.

É de fundamental importância notar que Wegner insere *Visão do Paraíso* no conjunto de textos de Sérgio Buarque cujo enfoque interpretativo é caracterizado pela *explicação situacional*. À primeira vista, é difícil compreender esta inserção uma vez que quase toda segunda metade deste livro é dedicada a uma espécie de genealogia que busca traçar os contornos clássicos, medievais e renascentistas das “visões” do paraíso. Ou seja, aparentemente, há aqui uma ênfase na *gênese* da projeção dos motivos edênicos no Novo Mundo. Wegner parece argumentar, contudo, que a ênfase não está na gênese — como em *Raízes do Brasil* —, mas na *projeção*, ou por outras palavras, na adaptação do mito e seus motivos à nova situação que é a vida nos territórios americanos. Este argumento somente pode ser

¹⁹ SMITH, H. N., *Virgin Land*, p. 256.

* Robert Wegner argumenta que “a estadia na América do Norte parece ter sido relevante para o redimensionamento do trabalho de Sérgio Buarque e, se estamos longe de chegar a afirmar que a escolha do tema dos bandeirantes tenha sido uma consequência daquele ambiente, creio que foi importante para a formulação de seu enfoque de pesquisa.” In: Robert WEGNER, *op. cit.*, 2000, p. 120. Este enfoque está presente no artigo “Considerações sobre o Americanismo”, de 1941, no qual Sérgio Buarque apresenta uma tentativa de aproximar as colonizações do Brasil e dos Estados Unidos ou, ao menos, de amenizar as discrepâncias entre elas. Esta tentativa vai estar presente também na abordagem temática e interpretativa de *Monções e Caminhos e Fronteiras*, publicados em 1945 e 1957, respectivamente.

sustentado na medida em que o autor parte do pressuposto de que “uma explicação situacional, como a da hipótese de Turner, dinamiza, mas não substitui o legado transatlântico, para o que, aliás, tenho apontado e que procurei operacionalizar ao ressaltar que no Brasil temos uma ‘outra fronteira’.”²⁰

Wegner segue argumentando que, visto que os legados ibérico e anglo-saxão são diferentes, a lógica da fronteira — embora se faça presente tanto na colonização da América do Norte e na ocupação dos seus territórios ocidentais, durante o século XIX, quanto da colonização da América portuguesa — é distinta nos casos brasileiro e norte-americano, e se dá em graus e formas também distintos. Do mesmo modo, comparação entre a análise das “visões” edênicas, em *Visão do Paraíso*, e a associação entre o Éden bíblico e as terras americanas pelos colonos puritanos do norte põe em destaque a diferença entre as formas como a herança européia, neste caso o mito do paraíso terrestre, assumiu uma nova dinâmica em território americano. Wegner afirma que “enquanto no caso norte-americano predominou a concepção segundo a qual o desconhecido a ser conquistado deveria ser *transformado*, entre os portugueses o que estava além da fronteira poderia ser *desfrutado*.”²¹

Mais adiante neste capítulo e sobretudo no próximo, será analisada mais cuidadosamente a diferença entre os tipos de associação entre o Éden e a geografia do Novo Mundo empreendida por ibéricos e anglo-saxões. Neste momento, o que vale a pena salientar é que, em *Visão do Paraíso*, para além da adaptação do legado transatlântico ao Novo Mundo, Sérgio Buarque apresenta a plasticidade como a capacidade do português de se adaptar à nova realidade, deixando sem suspense, mas sempre como horizonte de expectativa, o adventício. Em outras palavras, se em diversas situações os colonizadores portugueses elaboram versões adaptadas do mito do paraíso terrestre quando o associam à geografia americana, na maior parte das vezes, estes colonizadores se adaptam à realidade nua e crua das terras americanas e o mito é preservado em seu imaginário quase que *a despeito* desta adaptação. Nisto consiste a peculiaridade de *Visão do Paraíso*, que será retomada na quarta seção deste capítulo.

²⁰ Ibid., p. 129.

²¹ Ibid., p. 133.

2.3. Plasticidade e Idealismo

Em *Raízes do Brasil e Visão do Paraíso*, a plasticidade dos portugueses, vinculada à a marcada atitude naturalista destes colonizadores, isenta de abstrações e artifícios, é salientada pela comparação com os seus vizinhos de península.

Em diversos textos de Sérgio Buarque, o espírito prático dos lusitanos, que em tudo aproveita às circunstâncias e amolda-se ao real e ao imediato, é contraposto ao caráter idealista dos colonizadores castelhanos. Estes últimos tendem a sacrificar a praticidade em prol da implementação de projetos elaborados *a priori*, de cálculos abstratos, e mesmo de ideais fantásticos. No seu artigo de estréia intitulado “Originalidade Literária”, que publicou em 1920 no *Correio Paulistano*, o autor alude, ainda que de forma passageira, a esse contraste entre o idealismo espanhol e um certo pragmatismo português.

Neste, como em outros dos artigos que marcaram sua participação no movimento modernista, Sérgio Buarque preocupa-se em defender a tese de que os textos, tanto em prosa quanto em verso, produzidos na América portuguesa, durante a época colonial, não constituem uma literatura nacional. A polêmica em torno das origens da literatura brasileira e da correspondência — ou falta dela — entre as emancipações política e literária, polêmica que envolveu durante algumas décadas críticos como Afrânio Coutinho, Tristão de Ataíde e Antônio Cândido, levou Sérgio Buarque a comparar brevemente neste artigo as produções literárias das Américas portuguesa e espanhola. Com base nos estudos do autor peruano Francisco García Calderón, o jovem crítico paulista afirma que os textos produzidos nos territórios espanhóis do Novo Mundo, à época da conquista, continham vestígios de um americanismo resultante da contemplação de uma natureza e de uma cultura exuberantes e radicalmente distintas da européia. A produção colonial que se seguiu, entretanto, perdeu esse toque de originalidade. No caso dos territórios luso-americanos não houve, segundo Sérgio Buarque, nem mesmo esse efêmero americanismo inicial. E se para esta ausência contribuíram fatores tais como o grau de desenvolvimento das sociedades nativas encontradas pelos conquistadores ibéricos, exerceram também relevante papel as diferenças intrínsecas entre portugueses e espanhóis, prévias à descoberta e à conquista do

Novo Mundo ou que se constituíram a partir da experiência da conquista e da colonização. De acordo com Sérgio Buarque, “o povo português, menos idealista e, se quiserem, mais prático que o espanhol, não teve uma impressão tão sutil da natureza do Novo Mundo como aquele.”²²

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque descreve, no capítulo intitulado “O Semeador e o Ladrilhador”, a plasticidade e mesmo o desleixo que caracterizaram a ocupação litorânea dos territórios luso-americanos, contrapondo-os à ocupação da América espanhola, que obedeceu à ordenação artificiosa do espaço, moldando a natureza segundo noções abstratas. Os espanhóis pretendiam fazer das suas terras no Novo Mundo uma extensão contínua do reino, necessitando, por conseguinte, impor um projeto de colonização às condições apresentadas pela nova geografia que muitas vezes eram hostis ao seu intento. As cidades da América espanhola, descritas por Sérgio Buarque, desvelam esse traço do caráter dos colonizadores castelhanos:

Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pela aspereza do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta. O plano regular não nasce, aqui, nem ao menos de uma idéia religiosa, como a que inspirou as cidades do Lácio e mais tarde as colônias romanas, de acordo com o rito etrusco; foi simplesmente um triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado. O traço retilíneo, em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito, manifesta bem essa deliberação. E não é por acaso que ele impera decididamente em todas essas cidades espanholas, as primeiras cidades ‘abstratas’ que edificaram europeus em nosso continente.²³

A plasticidade dos lusitanos e o idealismo dos espanhóis são apresentados, neste capítulo, como duas manifestações da nossa “herança ibérica”, caracterizada pelo autor nos primeiros capítulos do livro. Os aspectos definidores dessa “herança ibérica”, entre os quais sobressai a “cultura da personalidade”²⁴, são comuns a portugueses e espanhóis. Esta “cultura da personalidade” tem como um de seus aspectos mais marcantes a autonomia e independência do sujeito em relação aos demais membros da sociedade. Autonomia que indis põe o homem ibérico à obediência a códigos de conduta que se pretendam universais e que

²² HOLANDA, S. B., *O Espírito e a Letra. Estudos de Crítica Literária*, p. 37.

²³ Id., *Raízes do Brasil*, p. 96.

²⁴ Ibid., p. 32.

requeiram constância e disciplina interior; bem como o indispõe ao modelo de sociedade baseado em uma solidariedade de tipo impessoal. Apenas os vínculos pessoais, afetivos, cordiais prevalecem. Vínculos estes que não constituem obstáculo, mas sim estímulo ao cultivo das virtudes soberanas e, entre elas, sobretudo a “sobranceria” — “palavra que indica inicialmente a idéia de superação. Mas a luta e a emulação que ela implica eram tacitamente admitidas e admiradas”²⁵.

Sérgio Buarque afirma que, nos países ibéricos, em que o feudalismo pouco se enraizou, o espírito de “sobranceria” permitiu que os méritos pessoais do indivíduo o impulsionassem na escalada de uma hierarquia social frouxa e flexível. Transladada para a América portuguesa, a “cultura da personalidade” ibérica contribuiu para constituição da cordialidade brasileira. O “homem cordial” de Sérgio Buarque definiu-se também pela flexibilidade, adaptabilidade, maleabilidade de caráter, todas características que remetem à plasticidade do colonizador português.

O fundamento ibérico da cordialidade brasileira apresenta-se igualmente na aversão a organizações sociais fundadas em princípios abstratos e racionais e a regulamentações homogeneizadoras e impessoais, como as vinculadas ao Estado burocrático. A família e o tipo de solidariedade que ela comporta constituem o núcleo a partir do qual se desenvolvem as esferas de solidariedade cordial. A civilidade, associada às relações em que vigora uma solidariedade impessoal, não tem lugar em uma sociedade em que predomina a solidariedade cordial. Sérgio Buarque opõe o comportamento cordial às relações sociais profundamente ritualizadas que fazem parte, de acordo com Max Weber²⁶, da tradição do confucionismo chinês.

Jessé de Souza, porém, em um estudo²⁷ acerca da influência weberiana nas ciências sociais brasileiras, afirma que o homem cordial, tal como definido por Sérgio Buarque, encontra seu tipo antitético muito mais no protestante ascético que no chinês confuciano. Apesar do fato de o tipo de autocontrole que o confuciano se impõe ser incompatível com o comportamento cordial, a

²⁵ Ibid.

²⁶ WEBER, M., *The Religion of China*, pp. 226-249.

²⁷ SOUZA, J., *O Malandro e o Protestante*.

racionalidade confuciana de ajustamento ao mundo possui alguns traços semelhantes aos que caracterizam o homem cordial.

Ao abordar o tópico do tradicionalismo na sociedade brasileira em *Raízes do Brasil*, Robert Wegner chega a conclusões muito semelhantes às de Souza. Segundo aquele autor, a racionalidade de dominação do mundo, atribuída por Weber ao protestante calvinista, é marcada por uma tensão entre o indivíduo e o mundo, tensão esta que orienta a sua ação no sentido de conquistar o mundo. Para que esta conquista se torne possível, o indivíduo tem de passar por uma revolução interior, na qual o seu *self* natural se amolda segundo a vontade do criador e estabelece uma relação com o exterior alicerçada no domínio pela razão. Na racionalidade de ajustamento ao mundo, a tensão entre o indivíduo e o mundo se encontra ausente e, por conseguinte, a relação entre interioridade e exterioridade calca-se na renúncia de qualquer tentativa de controle da segunda pela primeira. Wegner argumenta que:

A esse último tipo de racionalismo, considerado por Weber como o mais próximo da antítese daquele que surge com o protestantismo, é possível aproximar a renúncia do português em modificar a face do mundo. Neste caso, no entanto, esta renúncia e sua ausência de tensão não está associada a nenhum tipo de comportamento ritualizado, como no caso do confuciano, e, nesse sentido, nosso tradicionalismo corresponderia a uma acomodação ao mundo até mais radical, no sentido de que, se nos dois casos a conduta é determinada a partir ‘de fora’, enquanto o confuciano tem sua conduta determinada a partir de um conjunto de regras minimamente ordenado, o português rotinizaria suas atividades apenas pela adequação às circunstâncias exteriores.²⁸

No prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque, dialogando com um conjunto de autores norte-americanos, define a subjetividade dos povos ibéricos contrapondo-a àquela dos colonos puritanos da América do Norte e o faz através da análise da apropriação dos motivos edênicos em cada uma delas. Enquanto os povos ibéricos alimentam a expectativa de *achar* o paraíso terreal na geografia do novo continente, os puritanos propõem-se a *construir*, através do seu trabalho em prol da glória divina, o Éden na “selva e deserto”^{*} que constitui as terras americanas:

²⁸ WEGNER, R., *A Conquista do Oeste*, p. 36.

^{*} É por essa expressão que Sérgio Buarque de Holanda traduz o termo “wilderness” com que os autores norte-americanos que tratam do tema da conquista do oeste e referem aos territórios ainda não ocupados pelos colonos anglo-saxões e seus descendentes.

Assim, se os primeiros colonos da América Inglesa vinham movidos pelo afã de construir, vencendo o rigor do deserto e selva, uma comunidade abençoada, isenta das opressões religiosas e civis por eles padecidas em sua terra de origem, e onde enfim se realizaria o puro ideal evangélico, os da América Latina se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito de riqueza mundanal e beatitude celeste, que a eles se ofereceria sem reclamar um labor maior, mas sim como um dom gratuito.²⁹

O ascetismo puritano, tal como compreendido por Max Weber, que o relaciona à noção de “dominação racional do mundo”*, funciona como o contraponto da subjetividade ibérica apresentada por Sérgio Buarque. A idéia de que, ao contrário do colonizador ibérico, o colono anglo-saxão ambiciona construir o paraíso ao invés de simplesmente encontrá-lo, é compatível com a descrição weberiana do puritano ascético que se crê ferramenta de um Deus transcendente e, por conseguinte, trabalha com diligência e um exacerbado autocontrole, dispondo da sua vocação e de seu saber especializado para impor ao mundo as leis divinas.

A *forma mentis* ibérica está em acordo com a idéia de fruição do mundo, idéia que pode ser oposta ao esforço diligente, dominador e construtor relacionado ao protestantismo ascético. Portanto, em alguma medida, a subjetividade ibérica, tal como apresentada em *Visão do Paraíso*, possui semelhanças com o tipo de racionalidade que Weber atribui ao confucionismo: a racionalidade de ajustamento ou adequação ao mundo.

Todavia, se a noção de ajustamento ao mundo é interessante para se pensar a expressão da subjetividade típica do colonizador português o mesmo não pode ser dito em relação à subjetividade do colonizador castelhano. Por outras palavras: se a idéia de ajustamento pode ser relacionada ao “pedestre ‘realismo’”³⁰ e sobretudo ao caráter plástico do povo lusitano, torna-se complicado compatibilizá-la com as características do conquistador espanhol: o idealismo, a desenvolvida capacidade de abstração, a atração pelo fantástico e a tendência de interagir com o mundo lançando mão do cálculo que permite seu controle, dominação e transformação.

Assim como o colonizador puritano, o castelhano, longe de se ajustar ao novo ambiente, busca impor-se sobre ele, conquistá-lo. A diferença está em que o

²⁹ HOLANDAS. B., *Visão do Paraíso*, p. XVIII.

* A expressão “rational mastery of the world” é contrastada ao “rational adjustment to the world”, típico do racionalismo confuciano, por Max WEBER.

³⁰ HOLANDA, S. B., *Visão do Paraíso*, p. 2.

puritano o faz a partir da observação e da experimentação deste ambiente, ao passo que o castelhano ambiciona impor ao mundo um conjunto de idéias, valores e formas muitas vezes alheio às possibilidades por ele oferecidas. Em certa medida, o mundo a que o puritano anglo-saxão pretende se impor é dotado de maior concretude do que o Novo Mundo que o colonizador castelhano toma como *tábula rasa*, sobre o qual tenciona reconstruir com a maior fidelidade e literalidade possível o Velho Mundo de que advém. Dizer que o Novo Mundo é tomado como *tábula rasa* pelos castelhanos não significa de modo algum defender a idéia de que eles assumiram uma atitude de total indiferença em relação à sua natureza e aos grupos humanos que lá viviam antes da sua chegada. Ao tratar dos métodos de conquista de Fernão Cortez, no último capítulo de *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque afirma que:

A estratégia ‘global’ do que servira em sua empresa, fazendo rol dos caciques que mandem na terra, indagando do número dos naturais, de seus ritos, vivenda, qualidade e assento, tratando alianças proveitosas, tomando língua e guia de todos os confins que existiam por descobrir, procurando saber todos os tesouros e segredos de cada lugar, penetrando, enfim, até o coração da terra conquistada para dali melhor estabelecer o seu domínio, será a dos diferentes caudilhos castelhanos no Novo Mundo³¹

Ao dirigir seu olhar para o Novo Mundo, os conquistadores castelhanos não tinham a intenção de agregar nada a este mundo, nem mesmo de agregá-lo, como novidade, ao Velho Mundo. Se o levavam em conta, era como estratégia, instrumento, artifício para esmagá-lo em sua diferença e sobre ele expandir o reino de Castela, e nele *descobrir* o Éden perdido e suas inúmeras riquezas, desde há muito perseguidos.

Na sua empresa de conquista, o puritano quer de fato construir um *novo* mundo de acordo com as leis divinas, com as quais o seu *self* já se encontra em conformidade. O castelhano, diversamente, pretende estender o velho mundo ibérico sobre o novo mundo americano. É nessa extensão que se encontra conceptualmente fundamentada, ao menos nos primeiros anos da conquista e da colonização espanhola, a sua idéia de império.

³¹ Ibid., pp. 387-388.

2.4. Plasticidade e Paradoxo

Em relação a *Raízes do Brasil* e *Caminhos e Fronteiras*, *Visão do Paraíso* apresenta um argumento peculiar: a plasticidade portuguesa não se refere apenas à capacidade de adaptação a uma nova geografia, a um novo clima, a novos hábitos, enfim, a novas experiências, mas também à capacidade de adaptar experiência e ideal, experiência e mito, experiência e fantasia, ainda quando cada um dos termos da combinação sejam contraditórios entre si.

O sexto capítulo do livro, em que Sérgio Buarque apresenta formalmente o seu argumento central — e é interessante notar que se trata do capítulo central também na estrutura do livro — é intitulado “As atenuações plausíveis”. A expressão sintetiza essa radical capacidade de adaptação dos portugueses, a qual consiste em lidar com o paradoxo com o mínimo de tensão possível. O capítulo trata das atenuações dos traços fantásticos dos motivos edênicos que os conquistadores europeus almejavam identificar nas terras recém descobertas. Essas atenuações permitiam a sobrevivência destes motivos ainda quando o desejo de deparar-se com serras resplandecentes, amazonas, eldorados, fontes da juventude era frustrado pela experiência real e cotidiana da vida nas terras americanas.

A plausibilidade conferida a estes e outros motivos pela atenuação do seu caráter maravilhoso e sobrenatural era suficiente para que os portugueses lidassem com a natureza, as circunstâncias e as necessidades próprias do novo continente de maneira mais realista do que os colonizadores castelhanos, sem que este realismo jamais implicasse o processo de “desencantamento”³² do mundo, a que Max Weber alude para caracterizar o princípio da modernidade. Tanto que Sérgio Buarque interpreta o realismo dos portugueses do Renascimento como traço arcaico, um ranço da mentalidade medieval marcada pela ênfase no detalhe, no episódico, no particular, no concreto, “em contraste com o idealismo, com a fantasia e ainda com o senso de unidade dos renascentistas”³³. O ato de nomear, tal como se dá entre os colonizadores portugueses, de que se tratou anteriormente, é, portanto, significativo para compreender que o realismo e a plausibilidade não

³² WEBER, M., *Ciência e Política: duas vocações*, p. 31.

³³ HOLANDA, S. B., *Visão do Paraíso*, p. 2.

aniquilam o imaginário tradicional mas, ao contrário, garantem a sua permanência. Para utilizar as expressões do autor, se são frustradas “a esperança e a surpresa” de encontrar o paraíso terrestre no ultramar, o mito mantém-se vivo na “lembrança” e no “costume”.

A relação entre mito e experiência ou, em outros termos, a ratificação do mito pela experiência é conservada como horizonte de expectativa. A expressão “horizonte de expectativa” foi tomada das categorias meta-históricas, através das quais Heinhart Koselleck analisa as transformações nas concepções de tempo no Ocidente, pois ela pode ser interessante para que se perceba de que forma se dá a relação entre a expectativa gerada pelo mito edênico e a experiência da colonização portuguesa. A idéia de que a expectativa de encontrar o paraíso terrestre no Novo Mundo era conservada como um horizonte, e como tal era inatingível, não constituía, entretanto, uma barreira à adaptação dos colonizadores portugueses à realidade do Novo Mundo. Pelo contrário, constituía um estímulo a essa adaptação. Segundo Heinhart Koselleck, a partir do fim da Idade Média e começo do Renascimento, começa a se configurar um distanciamento entre “campo de experiência” e “horizonte de expectativa”, distanciamento que é característico dos Tempos Modernos. Até então, as sociedades européias tradicionais, camponesas e artesãs, eram caracterizadas pelo fato de que as expectativas de uma determinada geração eram alimentadas pelas experiências da geração que a precedeu. A partir dos Tempos Modernos, as “expectativas que se prolongavam para o futuro se desvinculavam de tudo aquilo que lhes poderiam ter oferecido as experiências vividas até então”^{34*}. E Koselleck vai ainda mais longe: não há apenas um distanciamento entre “campo de experiência” e “horizonte de expectativa”, mas uma alteração constante na distância entre estas duas categorias. É claro que Koselleck está se referindo ao legado tradicional de uma determinada sociedade quando fala em “campo de experiência”. Mas é legítimo argumentar que, para além da meta-historicidade da categoria de Koselleck, a própria noção de experiência se transforma profundamente na era dos grandes descobrimentos marítimos. A experiência passa incluir o novo, o inédito, o nunca antes experimentado. Os portugueses do Renascimento acabaram por promover um

³⁴ KOSELLECK, H., *Le Futur Passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, p. 319.

* “(...) les attentes qui se prolongeaient dans le futur se détachaient de tout ce qu’avait pu offrir les expériences vécues jusqu’alors.”

duplo distanciamento. O distanciamento entre a experiência da vida no Novo Mundo e a expectativa da vida no Novo Mundo — expectativa que incluía encontrar nele o paraíso terrestre —; e, por conseguinte, o distanciamento entre a experiência da vida no Novo Mundo e o campo de experiência tradicional — que incluía a expectativa de se ser agraciado com a dádiva de encontrar o paraíso terrestre.

Se entre os espanhóis a experiência parecia reiterar o mito, na América portuguesa a experiência acabou por frustrar, em parte, as expectativas relacionadas à combinação entre mito e realidade. Conquanto não menos afeitos ao mito do que os espanhóis, atribuindo como eles um “valor literal”³⁵ às formulas literárias que constituíam a tópica dos motivos edênicos, os colonizadores lusitanos fizeram minguar a força do mito quando este se via confrontado com a experiência do real. A atenuação não deve ser compreendida como um arrefecimento da crença no mito, esta permanecia intacta, mas os portugueses mostravam resistência em conjugar mito e experiência ou, por outras palavras, resistência em viver rotineiramente o mito como fizeram os espanhóis.

A convivência da crença no mito com a adequação a uma experiência que nega esta crença somente pode ser compreendida ao se notar que, no caso dos colonizadores portugueses, o fato do Éden não ser encontrado nas terras americanas é o próprio alimento do desejo, da expectativa de encontrá-lo. Isto porque o realismo e a plasticidade que caracterizam a *forma mentis* lusitana combinam-se com um terceiro aspecto: a expectativa e o desejo são, por sua própria natureza, irrealizáveis, são pura aspiração.

Em um artigo intitulado “Aspiração e forma”, Georg Lukács define a aspiração como um “estado” em que se experimenta, contraditória mas simultaneamente, as sensações de proximidade e de afastamento, de estar unido a algo de que se está para sempre separado. Por outras palavras, trata-se de uma sensação de pertencimento a algo que não mais se possui, mas que se pretende reencontrar:

“Eles consistem”, afirmou Schiller sobre os objetos da aspiração humana, “no que uma vez fomos e no que haveremos de nos tornar uma vez mais”. Porém o passado – ou seja, aquilo que se perdeu para nós – se transforma em valor porque

³⁵ HOLANDA, S. B., *Visão do Paraíso*, p. 178.

criamos o que foi perdido para nós, um caminho e uma meta, saídos do seu nunca-ter-existido. É desta forma que a aspiração se eleva para além da meta que estabeleceu para si própria e é assim que deixa de estar ligada a sua própria meta.^{36*}

A aspiração é um traço do carácter português — claramente manifesto no milenarismo sebastianista — que se afina com o tipo de realismo muito peculiar de que se tratou anteriormente. Um realismo muito diverso, e até mesmo incompatível, com a racionalidade moderna que pretende representar geometricamente um mundo desmistificado. O realismo português ocupa espaço aberto pelo fosso intransponível entre um passado mítico, mas familiar, e um futuro também mítico, visto que inalcançável, no qual este passado se encontra projetado. A existência deste fosso é inerente ao estado de aspiração.

Em seu livro intitulado *Longing. Narratives of the Miniature, the Gigantic, the Souvenir, the Collection*, Susan Stewart define os tipos de discurso em que a aspiração é o elemento fundamental através dessa ligação entre passado e futuro:

“My point is (...) that the location of desire, or, more particularly, the direction of force in the desiring narrative, is always a future-past, a deferment of experience in the direction of origin and thus escathon, the point where narrative begins/ends, both engendering and transcending the relation between materiality and meaning.”³⁷

Nos relatos dos cronistas portugueses da era dos descobrimentos e dos primeiros séculos de colonização analisados por Sérgio Buarque, os motivos edênicos são a ponte entre o futuro e o passado, mas uma ponte imaginária, cuja a construção nunca pode ser efetivada. O futuro e o passado são os dois termos de uma equação cujas operações se estabelecem nas relações entre números reais e imaginários, e cuja propriedade matemática não se sustenta na representação da realidade física exterior. É assim que

esse mundo paradisíaco, fosse ele cristão ou pagão, permanecia invariavelmente no passado, ou no futuro, ou no sonho, alheio e adverso à vida atual. Esquecidos de que o próprio de todos os ideais é serem inatingíveis, de que o mínimo de

³⁶ LUKÀCS, G. *Soul and Form*, 1980, pp. 92-93.

* “‘They are’ said Schiller of the objects of human longing, ‘what we once were; they are what we are to become once more.’ But the past – that which has been lost to us – has become a value because we create what has been lost to us, a way and a goal, out of its never-having-existed; this is how longing rises above the goal which it has set itself, and this is how it ceases to be bound to its own goal.”

³⁷ STEWART, S. *Longing*, p. X.

materialidade compatível com a existência na terra e no tempo já serviria para os manchar e perder, não hão de faltar os que pelejam por desconhecer semelhante estorvo.³⁸

Sem dúvida o Éden, como objeto de aspiração, impulsionou ações concretas dos conquistadores portugueses. Sérgio Buarque relata, por exemplo, que o fascínio renascentista pelas esmeraldas, calcado nas virtudes sobrenaturais a elas atribuídas, e a convicção de que elas poderiam ser encontradas em abundância no extenso sertão americano, estimulou a formação e o envio de algumas expedições oficiais para o interior, ao longo do século XVI. Mas as conseqüências dessas ações — ou seja, a própria colonização da América portuguesa — não foram a realização dos seus objetivos, não foram a realização dos seus objetos de aspiração. Nas palavras de Lukàcs: “a aspiração impulsiona os homens à ação e aos acontecimentos, e não há ação ou acontecimento que seja digno o suficiente de se tornar a realização da aspiração.”³⁹

É por aspirarem a objeto inatingíveis que, no trato da realidade, os portugueses da era dos descobrimentos são homens sóbrios. A sobriedade portuguesa não é, para Sérgio Buarque, resultado de um ascetismo racional, mas, ao contrário, de uma vida emocional intensa e desordenada:

Seria, em verdade, um retrato bem pouco fiel e até um retrato às avessas o que procurasse apresentar esses portugueses como insensíveis ao apelo do mistério. Ou que pretendesse discernir na relativa sobriedade com que se comportam, ao menos seus viajantes e narradores quinhentistas, ante o espetáculo natural da terra, no seu contentar-se freqüentemente com o evidente, o imediato ou o utilizável, alguma congênita apatia. Não é, ao contrário, dos seus traços mais constantes, justamente um fundo emotivo extremamente rico e que, por isso, mal atinge aquele mínimo de isenção para poder objetivar-se nas representações fantásticas ou nas criações miríficas, que vêm, por assim dizer, de um deslumbramento apaziguado?⁴⁰

A objetivação do fantástico e do mirífico entre os colonizadores portugueses não é possível pois a aspiração é incompatível com a realização da *forma*. O objeto da aspiração pode assumir uma forma, mas a aspiração jamais cria forma no mundo, jamais concretiza a forma:

³⁸ HOLANDA, S. B., *Visão do Paraíso*, p. 186.

³⁹ LUKÀCS, G., *Soul and Form*, p. 103. “Longing leads men to action and events, and no action or event is worthy of becoming the fulfillment of longing.”

⁴⁰ HOLANDA, S. B., *Visão do Paraíso*, p. 179.

“A aspiração é sempre sentimental — mas será que existe uma forma sentimental? Forma significa extrair o melhor do sentimentalismo; na forma não há mais desejo nem solidão. Alcançar a forma é alcançar a maior realização possível.”⁴¹

A intensidade do fundo emotivo dos lusitanos constitui uma barreira à geração de forma. Essa temática já se encontra de certa forma presente em *Raízes do Brasil*. Um dos traços principais que definem a cordialidade brasileira é “um fundo emotivo extremamente rico e trasbordante”⁴² que, por conseguinte, fundamenta os laços sociais em uma “ética de fundo emotivo”⁴³, o invés de os normatizar segundo uma ética neutra e impessoal fundada no raciocínio abstrato. É o predomínio do fundo emotivo do “homem cordial” na sua vida social que explica a aversão brasileira — aversão herdada dos nossos antepassados portugueses — às relações sociais rigidamente ritualizadas, nas quais não há espaço para intimidade. O ritual, que garante a polidez e a civilidade nas relações sociais, é a expressão da supremacia do individual sobre o social e a soberania do indivíduo é também a sua profunda solidão:

No ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro — como bom americano — tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: ‘Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativeiro’.⁴⁴

A solidão é o que deve ser a todo custo evitado pelo “homem cordial” que, como seus antepassados portugueses, é também o homem da aspiração. O amor — a forma mais típica da aspiração, segundo Lukàcs — é para Sócrates — o filósofo da aspiração, também segundo Lucàcs — a tentativa de nos esvaziar de todo o estranhamento e nos preencher do espírito de familiaridade. A fábula narrada por Aristófanes, de acordo com a qual no início dos tempos cada criatura era duplicada, e a sua separação em dois seres distintos por Zeus, as condenou a

⁴¹ LUKÀCS, G., *Soul and Form*, p. 102. “Longing is always sentimental — but is there a thing as a sentimental form? Form means getting the better of sentimentality; in form there is no more longing and no more loneliness; to achieve form is to achieve the greatest possible fulfilment.”

⁴² HOLANDA, S. B., *Raízes do Brasil*, p. 147.

⁴³ Ibid., p. 148.

⁴⁴ Ibid., p. 147.

busca infinita pela outra metade de si, representa exemplarmente a natureza desse amor que é aspiração.

O estabelecimento de intimidade no âmbito de todo tipo de relação social, o esforço por transformar todas as relações em laços semelhantes às que se experimenta no seio da família — “laços de sangue e do coração”⁴⁵ —, é uma tentativa de buscar a si no outro, de “viver nos outros”, de dar forma à aspiração e de estar sempre em casa. Entretanto, afirma Lukács:

“A aspiração cria uma ligação entre aqueles que são diferentes entre si, mas ao mesmo tempo destrói a esperança de que venham a se tornar um só. Se tornar um só é voltar ao lar, e o desejo verdadeiro nunca teve um lar. O desejo constrói a terra natal perdida através de vívidos sonhos sonhados no exílio supremo e o conteúdo do desejo consiste na busca de caminhos que levem ao lar perdido.”^{46*}

A aspiração pelo lar perdido é também a aspiração pelo paraíso perdido. O mito pagão da separação das criaturas em dois seres distintos e o mito cristão da Queda são análogos no interior de uma mitologia da aspiração. A Queda é, nesse sentido, o exílio do homem de sua terra natal, primeira, a essencial, a original.

A sobriedade portuguesa expressa a natureza irrealizável da aspiração. Mas é essa mesma natureza irrealizável que mantém acesa a sua chama. Não há objeto evanescente quanto se trata de um objeto de aspiração. É isto que torna os portugueses incapazes de “apaziguar” o maravilhoso, tornando-o real. E é isto que os leva, por outro lado, a tomar o próprio real como maravilhoso, maravilhoso em sua imanência. Um maravilhoso imanente que não é identificado com as maravilhas sobrenaturais. Por isso “parece raro que os *loci amoeni* literários, derivados comumente de velhos motivos edênicos, venham a sobrepujar, no deslumbramento desses navegantes [portugueses], a expressão de uma sensibilidade mais direta ao espetáculo real.”⁴⁷

⁴⁵ Ibid., p. 146.

⁴⁶ LUKÁCS, G., *Soul and Form*, p. 92.

* “longing makes a link between those who are unlike one another, but at the same time it destroys the hope of their becoming one; becoming one is coming home, and true longing has never had a home. Longing constructs its lost fatherland out of vivid dreams dreamed in ultimate exile, and the content of longing is the search for ways that could lead to that lost home”

⁴⁷ HOLANDA, S. B., *Visão do Paraíso*, p. 179.

2.5. O “outro Peru”

Quando o conquistador Francisco Pizarro, a serviço da Coroa de Castela, encontrou minas de prata na região do Peru, fortaleceu a crença de que a mítica “serra resplandecente”⁴⁸ seria parte integrante da topografia do Novo Mundo. Os portugueses nutriram ainda, por quase meio século, a esperança de que o Brasil viesse a constituir um “outro Peru”, ainda mais favorecido em termos de abundância de riquezas minerais por se localizar a leste do Peru, pois circulava ainda a crença tradicional de que “o Oriente, participando melhor da Natureza do Sol, é mais nobre do que o Ocidente”⁴⁹. Frustrada esta esperança, e circulando entre alguns a idéia de que a Providência favorecera deliberadamente os espanhóis no que diz respeito aos metais preciosos, o caráter plástico dos lusitanos levou alguns cronistas e funcionários da Coroa portuguesa a dissertarem sobre as enormes vantagens de não se ter encontrado ouro e prata e, por conseguinte, ter-se investido em outras vias para extrair riquezas do novo território, tais como a produção de açúcar. A ênfase em uma atitude que se ajusta à dinâmica da natureza, sem transforma-la ou aprimorá-la por meio de qualquer arte, faz-se deste modo presente entre os colonizadores portugueses. A exploração das minas de metais preciosos requereria o esforço da entrada para o interior e exploração do sertão.

A apologia das riquezas proporcionadas pelas terras brasileiras como o pau-brasil e o açúcar e a defesa da exploração destas riquezas, que são reais e acessíveis, ainda que isto implicasse em abrir mão da busca pelo Eldorado ou pelas serras resplandecentes, é fundamentada no *topos* edênico da “isenção de todo o mister penoso e fatigante”⁵⁰. Ao lado dos *topoi* que, nos textos medievais sobre o Éden, aludem à temperança do clima — nem frio, nem quente — e à longevidade dos seus habitantes, a liberação do trabalho e do esforço é, segundo Sérgio Buarque, um dos mais citados pelos cronistas portugueses do Renascimento quando se referem às possessões portuguesas na América.

⁴⁸ Ibid., p. 83.

⁴⁹ Ibid., p. 110.

⁵⁰ Ibid., p. 185.

De acordo com este autor, apenas durante o período da União Ibérica, entre 1580 e 1640, a metrópole investiu de forma consistente nas esperanças de encontrar minas de metais preciosos no Brasil. De modo geral, todavia, a maior parte dos motivos edênicos, na sua versão americana, migram dos territórios castelhanos para os portugueses e são atenuados de seus elementos fantásticos nesse processo migratório. E, segundo Sérgio Buarque, o único mito de origem luso-brasileira, o mito de São Tomé, modesto no que se refere aos seus traços sobrenaturais e extraordinários quando em terras lusitanas, torna-se progressivamente mais fantástico à medida que penetra mais e mais nos territórios espanhóis. Até mesmo a indumentária de São Tomé torna-se mais incrementada e adquire poderes miraculoso, ao entrar na América espanhola:

É curioso observar, entretanto, como, à medida que avança do oriente para o poente, a imagem e a predicação do São Tomé americano se enriquece de novos e mais fantásticos elementos. Para começar, andaria ele, no Brasil, geralmente descalço, segundo o fazem crer as pisadas referidas em vários depoimentos, e levava, se tanto, um só acompanhante, que poderia ser outro discípulo de Jesus ou ainda seu próprio anjo da guarda. (...)

Já ao entrar no Paraguai, ele calça sandálias, a julgar pelas pegadas impressas na penedia vizinha a assunção, mencionada por Lourenço Mendonza e Antônio Ruiz. Ao chegar ao Peru, já o encontram os índios usando sapatos semelhantes a sandálias, mas de três solas, como os que deixou perto do vulcão de Arequipa, depois de passar entre fumegantes lavas que escorriam como um rio caudaloso.⁵¹

Quando integra, entretanto, o âmbito da aspiração, a plausibilidade é sacrificada e o mito guarda toda a sua intensidade mágica. Dito de outro modo, entre os portugueses, o mito mantém a potência do seu caráter fantástico enquanto permanece fora dos limites dos seus territórios e da sua experiência. Nas palavras de Sérgio Buarque, ao alimentar a fantasia de ver estendidas aos seus territórios as graças concedidas às Índias de Castela, “o que o Brasil queria encontrar era o Peru, não era o Brasil”⁵². Mas se pode dizer que, paralelamente ao Brasil empírico, ao Brasil plausível do pau-brasil e do açúcar, os portugueses e seus descendentes continuaram a alimentar a aspiração a um “outro” Brasil: o Brasil das esmeraldas e das serras resplandecentes.

⁵¹ Ibid., p. 145.

⁵² Ibid., p. 119.